



Comissão analisa caracterização do trabalho escravo

Grupo de senadores e deputados volta a debater o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 81. Direitos das domésticas também serão discutidos

As emendas aos projetos que regulamentam a expropriação de propriedades rurais e urbanas em que se constate a prática de trabalho escravo e os direitos trabalhistas de empregados domésticos serão discutidos

hoje pela Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais.

O ponto mais polêmico diz respeito à caracterização do trabalho escravo. Alguns senadores defendem o conceito previsto no Código Penal. **3**



Na sessão que promulgou a Emenda 81, Renan Calheiros (C) disse que país ainda não está livre do mal da escravidão

Perdão a dívida de países africanos gera polêmica entre senadores **6**

Tombini debate hoje perspectivas da política monetária **6**

Texto prevê que escolas incentivem criação de grêmios estudantis **4**

Reforma eleitoral só valerá em 2016, decide TSE **2**

Proposta agiliza nomeações para o STF

Proposta de emenda à Constituição, em análise na CCJ, estabelece prazo de 20 dias para o presidente da República nomear ocupantes de cargos da cúpula do Judiciário e da alta administração federal. O objetivo do projeto, de acordo com

o autor, senador Eduardo Amorim, é evitar que os cargos fiquem vagos por muito tempo, comprometendo o funcionamento de instituições fundamentais da República, como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União. **5**



Paulo Bauer, relator da PEC, julga razoável e constitucional a fixação de prazo para as nomeações pelo Executivo

especial Cidadania



Marcelo Vieira/Secom-TO

Cadastro permitirá conhecer áreas preservadas e áreas usadas na agricultura

Propriedades rurais devem ser cadastradas

Com a publicação de normas pelo governo federal, já está em vigor o Cadastro Ambiental Rural, requisito para a regularização de proprie-

dades rurais com áreas degradadas.

A inscrição no cadastro é obrigatória para todos os proprietários e prazo vai até maio de 2015. **8**

Justiça libera acesso da CPI mista à Operação Lava-Jato

No mesmo dia em que o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli repetiu esclarecimentos em depoimento sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, a Justiça permitiu acesso dos integrantes da CPI aos autos da ação pe-

nal e do inquérito policial da Operação Lava-Jato, que investigou um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar R\$ 10 bilhões. Sobre a compra de Pasadena, Gabrielli disse que foi um bom negócio na época, mas não deveria ser repetida hoje. **7**



Pedro Franqui/Agência Senado

Senadores e deputados ouvem o depoimento de Sergio Gabrielli na CPI mista

Projetos visam mudar correção da tabela do Imposto de Renda **6**

PEC dos Recursos deve ser votada pelo Senado depois da Copa **5**

Programa de apoio à igualdade social poderá desempatar licitações **3**

Plano de saúde terá de substituir profissionais descredenciados **2**

TSE decide que minirreforma eleitoral só valerá em 2016

Regras deveriam ter sido publicadas com pelo menos um ano de antecedência. Relator do projeto, Romero Jucá lamenta a decisão. Vice-líder do PSDB, Alvaro Dias diz que Congresso não tem o direito de protestar

POR 4 VOTOS a 3, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiram, no dia 25 de junho, que a minirreforma eleitoral só entrará em vigor em 2016. Eles argumentaram que, para valer neste ano, as novas regras precisariam ser publicadas em uma resolução da Justiça Eleitoral com um ano de antecedência das eleições. O Congresso concluiu a aprovação do projeto (PLS 441/2012) no final de 2013.

Entre as normas, está um teto para gastos com a contratação de cabos eleitorais e despesas com alimentação,

aluguel de carros e combustíveis. A lei também proíbe colocação de adesivos de políticos em veículos e determina prisão para boca de urna.

O relator da minirreforma, senador Romero Jucá (PMDB-RR), lamentou a decisão, mas reiterou que o Congresso respeitará o veredito.

— Isso prejudica o pleito porque não diminui despesas. Gostaríamos de ter já nesta eleição a legislação, com a diminuição grande de despesas e maior controle e transparência do processo eleitoral. Mas, se não é possível, vamos

avançar para 2016 — disse.

Alvaro Dias (PR), vice-líder do PSDB no Senado, afirmou que o Congresso não deve lamentar a decisão porque não fez uma reforma política completa e não aprovou as mudanças a tempo.

— Há quantos anos estamos debatendo a reforma política? Daí apresentam uma reforma meia-sola tentando passar por reforma política. Não temos o direito sequer de protestar contra essa decisão do TSE. Ao contrário, temos que acatá-la sem choro nem vela.

Também só valerá em 2016 o parcelamento, em até 60 vezes, de multas aplicadas a políticos, como prevê o projeto aprovado pelo Congresso. Mas alguns pontos previstos na minirreforma eleitoral entrarão em vigor agora em outubro, porque foram publicados em resoluções do próprio TSE, como a troca de candidatos até 20 dias antes das eleições e punições para quem ofender políticos na internet.



Contratação de cabos eleitorais terá teto de gastos, segundo a proposta

Humberto Costa defende candidatura de Dilma

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), registrou em Plenário a homologação da candidatura da presidente Dilma Rousseff à reeleição, ocorrida na convenção do partido, no mês passado.

Ele ressaltou os avanços do país durante os governos do PT,

como o resgate de 36 milhões de brasileiros da condição de extrema pobreza, a redução das desigualdades, a ascensão de 42 milhões de brasileiros à classe média, o aumento de 78% da renda dos trabalhadores e a geração de 25 milhões de empregos com carteira assinada.

Humberto Costa afirmou que, agora, o país precisa aprofundar as transformações, conciliando, cada vez mais, desenvolvimento com inclusão social.

— Já avançamos muito ao longo desses 12 anos. Precisamos avançar mais para corrigir o que não está bom e mudar o Brasil para melhor — afirmou.

Sancionada ampliação da ação civil pública

A presidente Dilma Rousseff sancionou, na última terça-feira, a Lei 13.004/2014, que amplia as hipóteses de cabimento da ação civil pública para incluir a proteção do “patrimônio público e social”. A mudança foi proposta em projeto de lei do senador Walter Pinheiro (PT-BA).

A proposta de inclusão da menção expressa ao patrimônio público e social na Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em julho do ano passado. A matéria foi aprovada sem mudanças pela Câmara neste ano.

Lei exige substituição de descredenciados por plano de saúde

Entra em vigor em seis meses a exigência de que as operadoras de plano de saúde, ao descredenciarem um profissional conveniado, façam a substituição por “outro equivalente”. A mudança também deve ser comunicada aos consumidores com 30 dias de antecedência.

As novas regras constam da Lei 13.003/2014, publicada no *Diário Oficial da União* no final de junho, e tiveram origem em projeto de lei (PLS 276/2004) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A lei também torna obrigatória a existência de contratos entre as operadoras de planos e os profissionais conveniados (pessoas físicas e jurídicas).

Política de proteção aos albinos segue para a Câmara

Vai para a Câmara o substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a projeto de (PLS 250/2012) de Eduardo Amorim (PSC-SE) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo. A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não houve recurso para votação em Plenário.

O texto prevê um cadastro nacional, linha de cuidados de saúde, estímulo ao autocuidado e capacitação de trabalhadores no Sistema Único de Saúde (SUS). Será assegurado aos albinos acesso a atendimento dermatológico, inclusive ao protetor solar e a medicamentos essenciais.



Reprodução

Mulheres ciganas do Brasil são tema de exposição no Senado

O Senado abriga, de hoje até 2 de agosto, uma mostra fotográfica inédita no Brasil: *Mulheres Romani (Ciganas): rostos e identidades*.

Na exposição, são mostradas fotografias do acervo da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK) registradas no Brasil e em Portugal.

O primeiro registro oficial da chegada dos ciganos ao Brasil data de 1562. Passados 452 anos, o rosto das mulheres romani ainda é muito pouco conhecido.

As ciganas e os ciganos brasileiros estão expostos rotineiramente ao preconceito, ao racismo e às violações de direitos humanos.

O objetivo da mostra é revelar, por meio das fotografias, a força, as identidades e a diversidade dessas mulheres, contando sua história, dores, conquistas, alegrias e lutas, de forma que esse grupo étnico seja respeitado e tenha mais espaço na sociedade brasileira.

A exposição, que é gratuita e está aberta ao público, foi montada na Espaço Galeria, no Anexo 1 do Senado.

A mostra é realizada pela AMSK e conta com o apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

Mulheres Romani
de segunda a sexta, das 9h às 17h,
na Espaço Galeria do Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TERÇA

CMA Fogos de artifício

8h30 Na pauta, projeto que obriga instituições financeiras a prestar informações detalhadas sobre contratos de crédito. Também pode ser analisado o projeto que trata de fabricação, comércio e uso de fogos de artifício.

CAE Alexandre Tombini

9h30 A CAE pode votar empréstimos externos para AM, DF e RS. Às 10h, a comissão ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre política monetária.

CCJ Conselho Nacional de Justiça

10h A Comissão de Constituição e Justiça sabatina Emmanoel Campelo de Souza Pereira para recondução ao Conselho Nacional de Justiça.

CE Responsabilidade social

11h Projeto que institui a Semana Nacional da Responsabilidade Social e o que isenta de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior constam da pauta da Comissão de Educação.

CONSTITUIÇÃO Trabalho escravo

14h30 Reunião da Comissão de Constituição da Legislação Federal e Regulação de Dispositivos da Constituição. Serão analisados os pareceres sobre emendas apresentadas em Plenário ao projeto que trata da regulamentação do trabalho doméstico e trabalho escravo.

QUARTA

CDR Turismo no Nordeste

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que cria incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda para fomentar o turismo na Região Nordeste.

CPI DA PETROBRAS Magda Chambriard

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras do Senado ouve a diretora da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard.

CAE Previdência complementar

14h Audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos sobre superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Maurício Hoshizume/Repórter Brasil



Imóveis de pessoas físicas ou jurídicas poderão ser expropriados em casos de constatação de trabalho em condições de escravidão

Trabalho escravo e direitos de domésticos voltam ao debate

Regras para punição à prática de exploração do trabalho em condições análogas à de escravo e a regulação dos direitos dos empregados domésticos serão discutidas novamente por comissão mista

A COMISSÃO MISTA de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais tenta hoje, mais uma vez, analisar emendas aos projetos que regulamentam direitos de empregados domésticos (PLS 224/2013) e a expropriação de propriedades rurais e urbanas em que se constate a prática de trabalho escravo (PLS 432/2013). Ambos são relatados por Romero Jucá (PMDB-RR).

A Emenda Constitucional 72, promulgada em abril de 2013 para ampliar os direitos dos empregados domésticos, ainda precisa de regulamentação em vários pontos, como controle da jornada de trabalho, horas extras, adicional noturno e pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Já aprovado pelo Senado, o projeto de regulamentação recebeu 58 emendas no Plenário da Câmara, todas rejeitadas pelo relator. Por previsão regimental, as emendas devem receber parecer da comissão mista antes de o projeto voltar para votação na Câmara.

Caso os deputados acolham alguma mudança sugerida, o

projeto de regulamentação terá de ser votado novamente pelo Senado. Se for aprovado sem alterações, será enviado à presidente da República para sanção.

Conceito

No caso do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 81, relativa ao trabalho escravo, Jucá acolheu 29 das 55 emendas sugeridas por senadores.

O ponto mais polêmico é o conceito de trabalho escravo para fins da expropriação de imóveis. Jucá opinou pela manutenção da definição original do projeto, que considera para a caracterização do trabalho escravo a submissão a trabalho forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal.

Outros senadores, porém, querem que seja possível caracterizar o trabalho escravo quando verificada "jornada exaustiva" e "condições degradantes", conforme prevê o Código Penal, ao definir o crime de "redução a condição análoga à de escravo" (artigo 149).

Entre as modificações feitas

pelo relator, está a retirada da necessidade de trânsito em julgado da ação penal como condição para a ação de expropriação para punir o trabalho escravo. Além disso, o relator aceitou incluir no texto a possibilidade de imóvel registrado em nome de pessoa jurídica ser expropriado.

Também em razão do acolhimento de emendas de Plenário, o texto estabelece que os bens apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo sejam revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No projeto original, os bens iriam para um fundo específico de combate ao trabalho escravo. Além disso, o relator deixou claro no texto que estão sujeitos à expropriação os imóveis onde houver exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário.

Depois da avaliação das emendas dos senadores, o texto será votado no Plenário do Senado e, se aprovado, seguirá para o exame dos deputados no Plenário da Câmara. A reunião da comissão mista será às 14h30, na sala 15 da Ala Alexandre Costa, no Senado.

Jorge Viana pede agilidade em indenização a soldados da borracha

Jorge Viana (PT-AC) relatou em Plenário que esteve, na semana passada, no Palácio do Planalto solicitando rapidez no pagamento da indenização de R\$ 25 mil para os soldados da borracha.

São chamados de soldados da borracha os brasileiros que, durante a 2ª Guerra Mundial, trabalharam nos seringais da Amazônia.

— A liberação desses recursos significa a circulação de R\$ 180 milhões só no Acre. E isso vai ajudar especialmente os que mais precisam. E o quanto antes liberarmos esses recursos, tanto melhor. Se, para alguns, R\$ 25 mil não é muito, para as famílias dos soldados da borracha, é a possibilidade de uma melhor condição de vida — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia apoia decisão em favor da Emater do Rio Grande do Sul

Ana Amélia (PP-RS) comemorou decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que pode beneficiar a Emater/RS-Ascar, do Rio Grande do Sul, empresa que presta serviço de assistência técnica e extensão aos produtores rurais. Em 1992, a Emater perdeu o direito de isenção tributária e o título de entidade filantrópica, passando, assim, a ser obrigada a recolher a contribuição previdenciária.

Em 2011, uma ação popular foi ajuizada para conferir à Emater, novamente, o título de entidade filantrópica. Mas, no final de 2013, a Justiça Federal extinguiu a ação. Inconformados, os autores da ação popular recorreram e conseguiram, agora, anular a decisão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em evento no Canadá, Suplicy explica importância do Bolsa Família

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a importância de programas de renda mínima como forma de democratizar a economia e fazer justiça. Estava prevista sua participação, no último fim de semana, no 15º Congresso Internacional da Rede Mundial da Rede Básica, em Montreal, no Canadá.

Suplicy disse que, no encontro, os países trocariam experiências de programas de renda mínima e ressaltou que discursaria sobre o papel do Programa Bolsa Família na redução da pobreza no Brasil.

— Em maio de 2014, as famílias beneficiárias eram 13,94 milhões. Isso significa que, se levarmos em conta uma média de 3,5 membros por família, cerca de 50 milhões ou um quarto da população atual do Brasil está sendo beneficiada pelo Programa Bolsa Família.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segue para sanção proposta que acelera processos trabalhistas

Projeto de lei que visa garantir maior rapidez a processos na Justiça do Trabalho segue à sanção presidencial. O PLC 63/2013, do deputado Valtenir Pereira



Geraldo Magela/Agência Senado

(Pros-MT), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em maio e, como não houve recurso, não precisará ser votado em Plenário.

Pela proposta, o ministro relator do processo no Tribunal Superior do Trabalho

(TST) pode negar seguimento ao recurso de embargos caso esse seja inadequado — por exemplo, se a decisão questionada seguir jurisprudência do

próprio TST ou do Supremo Tribunal Federal (STF). O texto obriga os tribunais regionais do Trabalho (TRTs) a uniformizar a jurisprudência.

O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR, foto) defendeu a proposta como favorável ao trabalhador.

Programas de igualdade social podem dar vantagem em licitação

Está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o PLS 234/2008, que dá precedência, no caso de empate em licitações públicas, à empresa que tiver programa de igualdade social.

O texto original, de Paulo Paim (PT-RS, foto), trata apenas de igualdade racial.

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta foi aprovada com três emendas que a ampliam. O relator,



Lina de Paula/Agência Senado

em seus contratos, o maior número de trabalhadores negros, com deficiência ou maiores de 40 anos.

Se for aprovado na CCJ, o projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Eduardo Suplicy (PT-SP), votou pela aprovação com as emendas. Uma delas estabelece critério de desempate mais objetivo: a classificação dará precedência ao licitante que tiver,

em seus contratos, o maior número de trabalhadores negros, com deficiência ou maiores de 40 anos.

Se for aprovado na CCJ, o projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Projeto que regulariza ocupação de terra deve ser votado hoje

Projeto que define normas para regularizar área ocupada por agricultor familiar poderá ser votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto (PLS 368/2013), de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), contempla posses consolidadas há pelo menos cinco anos sem conflitos e áreas públicas destinadas a projetos de regularização fundiária de interesse social.

A proposta é exclusiva para

áreas ocupadas por agricultores familiares que tenham renda mensal até cinco salários mínimos e que explorem até quatro módulos fiscais. Ela dá maior autonomia a estados e municípios, que poderão promover todos os atos, incluindo a entrega de títulos de propriedade. Hoje, a regularização fundiária está concentrada na União. Para agilizar o processo, poderão ser firmadas parcerias com cooperativas e sindicatos.

Proposta, elaborada por Pedro Taques, determina que colégios precisam incentivar organização dos estudantes, facilitando a realização de eleições e oferecendo espaço físico e mobiliário adequados



Estudantes protestam diante do Maracanã em jogo da Copa: projeto de lei incentiva consciência política de alunos

Projeto incentiva formação de grêmios estudantis

UM PROJETO DE lei que está pronto para ser votado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) incentiva a organização de entidades representativas dos estudantes da educação básica. A proposta (PLS 80/2014) é de Pedro Taques (PDT-MT).

— A participação em um grêmio escolar tem um profundo efeito transformador na vida de um jovem, despertando a consciência política e proporcionando a criação do espírito cívico e de luta pela transformação da realidade — afirma Taques.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), pede a aprovação da proposta pelo “mérito educacional”:

— A participação dos estu-

dantes em momentos relevantes da história contemporânea da nação, como na campanha O Petróleo é Nosso [anos 50], nas Diretas Já [anos 80] e nos protestos de junho de 2013, revela a importância da participação política dos jovens — avalia Aloysio Nunes.

O papel do poder público de incentivar a criação e instalação de grêmios estudantis é visto como obrigatório por Taques. A delegação dessa responsabilidade às instituições de ensino é prevista no PLS 80/2014. Caberá a elas não só assegurar autonomia de atuação às entidades, mas também apoiar, sempre que necessário, a constituição, a divulgação e a realização de eleições para a escolha dos representantes.

O suporte também poderá incluir a oferta de espaço físico e mobiliário adequados ao funcionamento da organização estudantil.

Ainda de acordo com o projeto, as instituições de ensino deverão envolver a representação dos estudantes nas reuniões administrativas e pedagógicas, garantindo, inclusive, o direito de fazer uso da palavra.

O PLS 80/2014 estabelece também que a adesão ao grêmio escolar — voltado a atividades educacionais, cívicas, esportivas, sociais, assuntos da comunidade escolar e ao monitoramento da gestão educacional e financeira da instituição de ensino — deve ser uma escolha livre do estudante.

Estopim de protestos, transporte avança nas votações do Congresso

Há um ano, o país vivia o auge da onda de protestos que começaram com a bandeira pela redução das tarifas do transporte público. Em resposta à “voz das ruas”, o Senado estabeleceu uma pauta prioritária. Um dos projetos — o que reduz a zero as alíquotas de PIS-Pasep e Cofins sobre a receita do transporte urbano municipal (PLC 46/2013) — já se tornou lei (Lei 12.860/2013).

Outras isenções estão previstas no PLC 310/2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup) e voltou para a Câmara em 2013, após análise do Senado.

Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), está na Comissão de Infraestrutura (CI) o PLS 11/2013, de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), que destina recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) a projetos de transporte

coletivo ou não motorizado.

Na CAE, aguarda votação o PLS 268/2012, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que isenta de PIS-Pasep e Cofins veículos para dez pessoas ou mais.

Pelo PLC 50/2013, que aguarda emendas na Mesa antes de ir a Plenário, o aumento de passagens obedecerá a critérios de transparência.

Após emendas em Plenário, retornou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) que dá passe livre aos estudantes em todo o Brasil (PLS 248/2013).

O direito ao transporte pode tornar-se direito social previsto na Constituição, segundo a PEC 74/2013, aprovada na Câmara, que aguarda inclusão na ordem do dia.

As críticas às tarifas também motivaram a criação de uma CPI. O requerimento, de Roberto Requião (PMDB-PR), foi lido em dezembro, mas falta os líderes partidários indicarem integrantes.



Propostas visam regular tarifas e melhorar serviços oferecidos nas concessões

Proposta garante a vestibulando informação sobre curso pretendido

As instituições de ensino superior podem ser obrigadas a informar aos candidatos de vestibular qual é a situação do curso pretendido. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 15/2012, que trata do assunto, está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A proposta, de autoria dos ex-deputados Paulo Rocha e Professor Luizinho, pretende garantir aos candidatos, no ato de inscrição, o conhecimento sobre a autorização para funcionamento do curso e sobre o reconhecimento pelo órgão competente. O projeto também prevê penalidades de advertência e multa progressivas para a instituição que deixar de prestar as informações.

Na justificativa, os autores alegam que muitos cursos superiores pelo país, ainda que já possuam o processo de reconhecimento junto ao Ministério da Educação, não foram registrados. Isso impede que o estudante, ao se formar, receba o diploma.

No Senado, a proposta já passou pela Comissão de Educação (CE), onde foi aprovado um substitutivo de Ângela Portela (PT-RR). O substitutivo, embora mantenha o mérito da proposta, adequou o texto à Lei Complementar 95/1998, que disciplina a elaboração e a redação das leis, mediante alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Ensino médio para conselheiro tutelar poderá constar do ECA

Estão prontos para serem votados pelas comissões do Senado dois projetos que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aprimorar a proteção a essa parcela da sociedade.

O PLS 479/2009, do ex-senador Valter Pereira, propõe a adoção de novos critérios para a escolha dos conselheiros tutelares, como a obrigatoriedade de conclusão do ensino médio. Hoje, é exigido dos candidatos idoneidade moral, mais de 21 anos e residência no município em que o conselho está instalado.

Já o PLS 478/2009, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL, foto), estabelece uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos, a partir de um cadastro nacional, com o intuito de monitorar os desaparecimentos ocorridos. Hoje já existe um cadastro nesse formato, criado pela Lei 12.127/2009. A proposta visa normatizá-lo e aperfeiçoá-lo, ao incluir a regulamentação no ECA.

O texto também torna obrigatória a notificação ao cadastro, com informações dos órgãos públicos, dos casos de desaparecimento investigados. A proposta iniciou a tramitação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde já foi aprovada, e aguarda análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde receberá decisão terminativa.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Regulamentação da profissão de arqueólogo está na pauta de comissão

Aguarda votação em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o PLS 1/2014, que regulamenta a profissão de arqueólogo. De Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a proposta é relatada por Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente da comissão.

O projeto torna o exercício da profissão privativo dos diplomados em bacharelado em arqueologia e dos pós-graduados com área de concentração em arqueologia e com pelo menos dois anos consecutivos de atividades científicas comprovadas no setor.

Também poderão exercer a profissão os diplomados em outros cursos que, na data da publicação da futura lei, tenham exercido atividades científicas no campo da arqueologia por pelo menos anos consecutivos (ou dez anos intercalados) e os que concluíram curso de especialização na área e tenham pelo menos três anos consecutivos de atividades no campo profissional.

Para a senadora, a regulamentação permitirá “a identificação dos profissionais competentes, facilitando, para a administração pública e para a iniciativa privada, a contratação do profissional certo para aquele projeto, programa ou exploração específica”.

A senadora informa que o Brasil tem atualmente mais de 6 mil sítios arqueológicos identificados:

— Não podemos entregar ao abandono, à incompetência, aos furtos e à deterioração esses valores inestimáveis.



Marcos Oliveira/Agência Senado

PEC acelera nomeação de ministro do STF

Proposta, que está em análise em comissão, dá 20 dias após aval do Senado para que presidente da República nomeie ocupantes de altos cargos da administração federal

O PRESIDENTE DA República terá prazo de 20 dias para nomear ocupantes de cargos da alta administração federal e da cúpula do Judiciário. É o que determina uma proposta de emenda à Constituição que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo da PEC 68/2013, segundo o autor, Eduardo Amorim (PSC-SE), é evitar que os cargos fiquem vagos por muito tempo. Para o senador, “injunções políticas ou quaisquer outros fatores” não podem comprometer o funcionamento de instituições fundamentais da República, como os tribunais do Judiciário e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele classifica de abuso de poder qualquer manobra para “conter, desviar, atrasar ou inviabilizar” mecanismos constitucionais de preenchimento dos cargos.

Com voto favorável do relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), a proposta já se encontra pronta para votação.



Intenção da proposta em pauta na CCJ é evitar que cargos como o de ministro do Supremo fiquem vagos por muito tempo

Bauer observa que o texto produz efeitos sobre um conjunto de cargos preenchidos por meio de um procedimento intitulado de “ato administrativo complexo”. Atos dessa espécie resultam da “conjugação de vontades” de mais de um órgão, a partir de iniciativa unipessoal ou colegiada, cabendo ao chefe do Poder Executivo finalizar

o processo com a nomeação. De acordo com o relator, enquadram-se nessas hipóteses, entre outros, os cargos cujos titulares são previamente escolhidos pelo presidente da República e depois submetidos à aprovação do Senado: os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais superiores, governadores de territórios, o procurador-geral

da República e o presidente e diretores do Banco Central.

A aprovação do Senado também se impõe no preenchimento de um terço das vagas do TCU (nomes escolhidos pelo chefe do Executivo, a partir de lista tríplice encaminhada por esse mesmo tribunal).

Se prevalecer a regra adotada na PEC, o presidente da República deverá nomear todas



Eduardo Amorim, autor da PEC: texto, segundo ele, evita abuso de poder

essas autoridades dentro de até 20 dias depois da aprovação dos nomes pelo Senado.

De acordo com Bauer, como os nomes passam por filtros e pela sanção de órgãos de dois Poderes, pode-se admitir como “razoável e em harmonia com a Constituição” a fixação de prazo para que o chefe do Executivo finalize o processo, por meio da nomeação.

Na Justiça Federal, parte dos juízes já é nomeada em até 20 dias

No caso dos tribunais regionais federais (TRFs), não há participação do Senado na escolha dos juízes, mas o processo passa por dois Poderes, cabendo ao presidente da República fazer a nomeação após dois processos distintos.

Pelo primeiro, quatro quintos das vagas serão de juízes definidos por antiguidade ou merecimento e, nesse último caso, o presidente faz a escolha a partir de lista tríplice encaminhada pelo respectivo tribunal.

Pelo segundo, os membros integram o quinto constitucional, pelo qual 20% dos integrantes de determinados tribunais (inclusive os tribunais

de Justiça estaduais e do Distrito Federal) são compostos de advogados e membros do Ministério Público.

Na Justiça Federal, o presidente escolhe e faz a nomeação, alternadamente, a partir de listas sêxtuplas encaminhadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou pelo chefe do Ministério Público Federal.

No caso do quinto constitucional, no entanto, a Constituição já prevê que, recebida a lista tríplice, “o Poder Executivo, nos 20 dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação”. A PEC de Eduardo Amorim busca ampliar a aplicação dessa regra.

Regra exclui advogado-geral da União e juiz militar

O relator, Paulo Bauer, sugeriu exceção para dois casos: o advogado-geral da União e três juízes do Superior Tribunal Militar (STM).

No caso do STM, trata-se da cota preenchida pelo presidente da República sem a participação de nenhum órgão. O cargo de advogado-geral da União é de livre nomeação do presidente. Por isso, ele entende que fixar prazo para nomeação atingiria a autonomia do Executivo.



Lin de Paula/Agência Senado

Para entidades, Dilma demora demais para escolher magistrados

Três entidades de juízes — Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) — entraram no Supremo Tribunal Federal, no início do ano, com ação para que a nomeação de magistrados das altas cortes fosse feita em até 20 dias.

Pediram que a presidente Dilma Rousseff cumprisse o prazo máximo do quinto constitucional também em relação aos membros dos tribunais federais de segunda instância e superiores. Para as entidades, mesmo não havendo referência

específica de prazo quanto aos demais tribunais, nem por isso eles deixariam de estar submetidos à mesma disciplina aplicada ao quinto. Pelo pedido — que foi negado pelo relator, ministro Teori Zavascki —, se a presidente não exercesse a competência dentro do prazo, caberia ao respectivo tribunal realizar o provimento da vaga.

As entidades alegam que há uma demora injustificada por parte da Presidência da República para o preenchimento de cargos do Poder Judiciário. Argumentaram que o atual governo é o que mais tem demorado, numa conduta “reiterada e inaceitável”.

Senado deve votar a PEC dos Recursos após a Copa do Mundo

Entrou para a pauta de votações do Plenário, no mês passado, a PEC dos Recursos (Proposta de Emenda à Constituição 15/2011). O texto garante expedição do mandado de prisão em caso de sentenças proferidas por órgãos colegiados ou pelo tribunal do júri, mesmo quando ainda há possibilidade de recorrer. Hoje a sentença só pode ser executada após todas as possibilidades de recurso.

— Aguardamos, logo na retomada dos trabalhos, que possamos votar e oferecer à população uma Justiça como tantas outras mundo afora —



Autor da proposta, Ferraço assegura que a defesa dos réus está garantida

assinalou o autor da proposta, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O texto original extinguiu o recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF) e o recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os dois seriam substi-

tuídos por ações rescisórias (que podem anular sentenças judiciais) após o início do cumprimento das sentenças.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que seria impossível avaliar as consequências de uma mudança tão abrupta. Ele propôs, em vez de acabar com a possibilidade dos dois recursos, antecipar a execução da sentença em processos penais. Os órgãos colegiados e tribunais do júri poderão, ao proferir decisões condenatórias, expedir o mandado de prisão.



Aloysio, relator, mudou o texto para antecipar a execução da sentença

— Você passa a ter maior consequência nas decisões da Justiça criminal — explicou Aloysio.

No início do ano, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou ofício ao Senado com posição contrária à pro-

posta. Quanto ao substitutivo, a OAB teme injustiças em caso de execução imediata de pena e considera que o projeto seria inconstitucional por ir contra a presunção de inocência prevista na Constituição.

Ferraço alega que o texto não impede a defesa dos réus, que poderão recorrer, mas cumprindo a sentença. De acordo com o parlamentar, cerca de 90% das sentenças em segundo grau são mantidas, mas o cumprimento é atrasado com os recursos. Além disso, a prática da execução antecipada da sentença é comum em outros países.

Perdão de dívida de países africanos enfrenta obstáculos em comissão

Após polêmica, Plenário decidiu que, antes de perdoar débito, Brasil deve analisar qualidade da democracia no país beneficiado

QUATRO PEDIDOS DO governo federal para que o Senado autorize acordos de reestruturação de dívidas de países africanos enfrentam obstáculos políticos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De cinco pedidos, só um, em benefício da República do Congo, foi aprovado pela CAE e pelo Plenário. A dívida é de US\$ 352,6 milhões. Após o perdão de parcelas referentes a mora e outras taxas, o país foi autorizado a pagar ao Brasil US\$ 68,4 milhões.

Também são beneficiários a República Democrática do Congo (US\$ 4,7 milhões), Zâmbia (US\$ 113,4 milhões), Tanzânia (US\$ 236,9 milhões) e Costa do Marfim (US\$ 1,2 milhão).

As dívidas têm origem em operações de financiamento das exportações brasileiras nas décadas de 70 e 80. Os acordos com os países africanos, como argumentam as autoridades



Presidente da CAE, Lindbergh (D) conversa com Cyro, Taques e Delcídio

econômicas, seguem parâmetros estabelecidos pelo Clube de Paris, instituição informal constituída por 19 países desenvolvidos com a missão de ajudar financeiramente nações em dificuldades econômicas.

As dívidas cujo reescalonamento foi proposto pelo governo somam US\$ 709,1 milhões. O objetivo, explica o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é permitir que os países tenham condições de retomar a tra-

jetória de desenvolvimento e combater a pobreza.

O assunto provocou polêmica na CAE e no Plenário, que acabou aprovando a Resolução 5/2014, com novas regras para a renegociação de dívidas de alguns países com o Brasil. Segundo a norma, os pedidos devem ser acompanhados de informações de risco político.

O projeto que resultou na resolução foi apresentado por Pedro Taques (PDT-MT). O tex-

to prevê, como pré-requisitos para análise dos pedidos, o encaminhamento de avaliações internacionais sobre a qualidade da democracia e da governança do país tomador.

O governo deverá fazer a análise “com especial ênfase na avaliação de risco de que as vantagens concedidas na renegociação ou rolagem de dívida sejam aplicadas em finalidades diversas das de promoção do desenvolvimento e redução da pobreza no país beneficiário”.

A exigência foi incluída depois que senadores denunciaram que o perdão de dívidas já beneficiou ditadores e governantes envolvidos em denúncias de enriquecimento ilícito.

O projeto de Taques dá ao Executivo a prerrogativa de solicitar sigilo nas avaliações sobre a governança do país estrangeiro. O sigilo, no entanto, poderá ser quebrado por decisão do Plenário.

Tombini vem ao Senado falar de política monetária

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, estará no Senado hoje para falar sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas futuras da política monetária. A audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), está marcada para as 10h. Entre os assuntos que devem ser

abordados pelos senadores, estão câmbio, crédito, inflação e taxa de juros.

A audiência com o presidente do Banco Central ocorre a cada três meses, de acordo com o Regimento Interno do Senado.

Na última, realizada em março, o presidente do Banco Central foi questionado sobre a

vulnerabilidade da economia, apontada em avaliação do Banco Central americano. Para ele, o Brasil tem “transitado bem” no período de normalização das condições monetárias. De acordo com Tombini, esse processo e as consequências não devem ser confundidos com vulnerabilidade.



Tombini deve falar sobre câmbio, crédito, inflação e taxa de juros

Projetos mudam correção do Imposto de Renda



Pelo texto relatado por Braga, base do cálculo será a variação do INPC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa projeto de Ana Amélia (PPRS) que altera o cálculo para a correção anual da tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Se aprovado na CAE, onde o relator é Eduardo Braga (PMDB-PB), o PLS 2/2014 vai direto para a Câmara.

Pela proposta, a correção anual a partir do ano-calendário de 2015 será feita com

base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Assim, para o ano-calendário de 2015, será aplicado o INPC acumulado do ano-calendário de 2013.

Ana Amélia explica que, desde a Lei 11.482/2007, a tabela do IRPF é atualizada todos os anos com base no índice de meta de inflação fixado pelo governo federal, geralmente em torno de 4,5%. O problema, diz ela, é que o governo não

consegue cumprir a meta.

A tabela progressiva do IRPF também é tema do PLS 216/2014, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que visa inserir a correção monetária anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O texto determina ainda que haja correção da isenção para maiores de 65 anos de idade que recebem aposentadoria ou pensão e das deduções relativas ao imposto.

Comissão analisa pedido de RS, DF e AM para empréstimo no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje três pedidos de autorização de empréstimo externo — para o Rio Grande do Sul, o Distrito Federal e o Amazonas.

A MSF 46/2014, da Presidência da República, pede autorização para que o Amazonas obtenha US\$ 151 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas. O empréstimo para o Distrito Federal (MSF 47/2014), também do BID, é de US\$ 50 milhões para o Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Para o Rio Grande do Sul (MSF 48/2014), o empréstimo é do Banco Mundial e no valor de US\$ 280 milhões, para o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Proposta reduz de 5% para 3% alíquota do ISS sobre turismo rural

Entre as iniciativas destinadas a incentivar o turismo rural, encontra-se pronto para ser votado o projeto que reduz de 5% para 3% a alíquota de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre a atividade. O projeto (PLS 65/2012), do ex-senador Lauro Antonio, está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Relator do projeto, Wilder Moraes (DEM-GO) diz que a lei em vigor passou ao largo de temas sensíveis como o turismo rural, fixando apenas a alíquota máxima de 5% para todos os casos.

— No caso do turismo rural, a possibilidade de incidência de 5% é especialmente danosa ao desenvolvimento do setor.



José Cruz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

No mesmo dia em que ex-presidente da Petrobras depôs à CPI mista, repetindo esclarecimentos, Justiça autorizou o compartilhamento de informações, mas sob controle

CPI mista poderá acessar Operação Lava-Jato

OS INTEGRANTES DA CPI Mista da Petrobras poderão ter acesso aos autos da ação penal e do inquérito policial da Operação Lava-Jato, conduzidos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. O presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), recebeu autorização de compartilhamento das informações, concedida pela 13ª Vara Federal de Curitiba.

Como o processo tramita em segredo de Justiça, o acesso será controlado. Apenas os parlamentares da CPI e dois assessores credenciados por cada um deles terão acesso aos autos, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

— Foi providenciado o download de todos os processos para um arquivo que permitirá acesso remoto dos parlamentares — explicou Vital.

Estão liberados aos integrantes da CPI as provas colhidas nas investigações, o inquérito penal e o resultado das diligências — dois procedimentos de busca e apreensão, dois com dados referentes a quebra de sigilo bancário, interceptações telefônicas e a prisão de Paulo Roberto Costa, acusado de lavagem de dinheiro.

Na quarta-feira, em depoimento à CPI mista, o ex-presidente da Petrobras



Ao chegar para depor, Gabrielli cumprimenta o presidente da CPI mista, Vital do Rêgo, diante do vice-presidente, Gim

José Sergio Gabrielli voltou a afirmar que a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006, foi um bom negócio. Ele repetiu o que havia dito em maio, na CPI exclusiva do Senado.

— Compramos uma refinaria barata, abaixo do preço de mercado — declarou, admitindo que hoje não tomaria a mesma decisão de compra, uma vez que o mercado brasileiro e o americano mudaram.

Segundo Gabrielli, Pasadena custou US\$ 1,23 bilhão. Ele explicou que, para atuar no mercado norte-americano, era preciso comprar não só a refinaria, mas também uma comercializadora.

Outro ponto tratado foi a ausência de descrição das cláusulas Put Option (referente à saída da empresa de uma das sócias) e Marlim — que garantia rentabilidade mínima ao sócio — no resumo do contrato entre a Petrobras e a Astra Oil analisado pelo Conselho de Administração. Gabrielli garantiu que a omissão foi apenas uma opção da diretoria nacional, em razão das características próprias de transações como aquela.

O executivo refutou suspeitas de superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ele admitiu que os custos da refinaria, orçados inicialmente em

US\$ 2 bilhões e hoje estimados em quase US\$ 20 bilhões, não são “econômicos” e que ele pensaria duas vezes antes de construí-la, mas negou corrupção ou incompetência.

Gabrielli esclareceu que o valor de US\$ 2 bilhões foi estimado numa fase bem inicial do projeto. Só depois de desenvolvida a parte de engenharia, com especificação de equipamentos, identificação das questões tributárias e dos valores necessários para investimentos, é possível fechar uma estimativa real.

— A refinaria é fundamental para o Nordeste, para a expansão do Centro-Oeste, do Norte e do Centro-Oeste, a

localização dela era importante, era importante aumentar a produção de diesel. Agora, evidentemente que os valores de Abreu e Lima não são valores que estejam nas faixas mais econômicas de uma refinaria.

O depoente ressaltou que desde 1980 o país não constrói nenhuma refinaria e corria o risco de um “apagão de refino”.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que não houve novidades no depoimento, mas argumentou que isso é natural, já que foi a quarta vez que Gabrielli falou do mesmo assunto no Congresso.

— As perguntas são as mesmas, as respostas e os esclarecimentos não podem ser diferentes. As críticas da oposição não variam e o que nós observamos, como sempre, é uma tentativa de requestrar alguns temas que já foram explicados à exaustão e de fazer um embate político cujo objetivo é claramente eleitoral — criticou Humberto.

O vice-presidente da CPI mista, senador Gim (PTB-DF), convocou novo encontro para amanhã, para apreciação dos mais de 400 requerimentos já apresentados à comissão. Entre os pedidos, há convites para depoimentos, solicitação de quebra de sigilo bancário e pedidos de informações.

Gabrielli: diretoria optou por omitir cláusula

Durante audiência na CPI, o ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli afirmou que a exclusão da cláusula Put Option do resumo executivo que, em 2006, embasou a compra da refinaria de Pasadena (EUA) foi uma opção da diretoria.

— Sabia de Put Option, e não de Marlim [outra cláusula, que obrigava o pagamento de um lucro mínimo à sócia, independentemente da situação de mercado]. Foi uma opção da diretoria nacional. A omissão era uma opção de todos — disse, ao responder ao líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), sobre as etapas de avaliação da compra.

A cláusula Put Option obrigava a estatal a comprar os outros 50% da Pasadena em caso de desentendimento entre os sócios. Ele lembrou que a Put Option só foi analisada

quando houve o processo para comprar a outra metade da refinaria, em 2008.

Cunha criticou a avaliação da compra de estoque feita pela empresa belga Astra Oil na aquisição da refinaria da empresa Crown, em 2004, antes de vendê-la à Petrobras, dois anos depois.

— Isso me parece um disfarce fiscal para a compra da refinaria — disse.

Para Cristovam, estatal é usada para esconder erros do governo

Cristovam Buarque (PDT-DF) se disse preocupado com a queda das ações da Petrobras. Ele afirmou que não é comum uma empresa petrolífera anunciar a abertura de exploração de quatro reservas e, no dia seguinte, perder valor de mercado. Para Cristovam, o governo tem



pressa de usar a estatal para cobrir o rombo nas contas públicas.

— A sensação que nos fica é que nós estamos usando a Petrobras para esconder os erros do governo.

E as consequências disso serão dramáticas, como já está mostrando a queda no valor das ações.

Alô Senado

Secom | Criação e Marketing

É fácil participar

O **Alô Senado** tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores.

O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo **0800 612211**.

O atendimento eletrônico está disponível pelo site www.senado.leg.br/alosenado. Por meio desse canal de comunicação, o cidadão pode expressar opiniões e críticas sobre o trabalho parlamentar, bem como oferecer sugestões e esclarecer dúvidas.

**Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.**

Já está em vigor cadastramento ambiental rural

Após dois anos de espera, governo federal estabeleceu regras que permitem a implantação concreta de medidas de recuperação de áreas degradadas previstas no Código Florestal

André Falcão

O GOVERNO FEDERAL publicou no início de maio o Decreto 8.235/2014, fixando normas para os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) dos estados e do Distrito Federal. Também foi publicada a Instrução Normativa 2, do Ministério do Meio Ambiente, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e traz os procedimentos para a integração e execução e do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

A regulamentação está sendo aguardada há dois anos e é um passo necessário para que medidas de reflorestamento de áreas desmatadas ilegalmente previstas no Código Florestal (Lei 12.651/2012) possam ser implantadas na prática. Como determina o código, cada estado deve fazer seu PRA e com base nas regras desse programa é que os produtores firmarão os compromissos para recuperar áreas degradadas.

O código também estabelece a obrigatoriedade de preenchimento do CAR para os cerca de 5,6 milhões de propriedades rurais do país. É por meio do cadastro que o proprietário rural informa ao governo quais são e onde estão áreas com vegetação natural conservada e áreas de produção agrícola. O CAR é peça fundamental do plano de regularização, ou seja, primeiro o produtor tem que fazer o cadastro, relacionar tudo o que tem na propriedade para depois montar o programa de recuperação.

Senadores destacam regulamentação do cadastro

As medidas editadas pelo governo foram saudadas por vários senadores. Acir Gurgacz (PDT-RO) disse em Plenário que, com a publicação dos regulamentos, o Código Florestal poderá ser implementado.

— Era uma necessidade para concretizar o trabalho que realizamos por muitos anos para a aprovação do Código Florestal brasileiro — afirmou.

Segundo Gurgacz, em Rondônia, o CAR está sendo executado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, com o apoio de outras secretarias e instituições. Ele disse que Rondônia está na frente quanto à implantação do Código Florestal.

— O trabalho está em pleno vapor. Em todo o estado já foram realizados 23 mil cadastros, o que representa 30% de



Estrada divide área de plantio de soja de mata nativa do Cerrado na região de Ribeiro Gonçalves (PI): cadastro permite saber quem está recuperando ou desmatando

Com a publicação das normas, o governo também definiu aspectos considerados cruciais pelos produtores e pelos ambientalistas, que travaram embate desde a elaboração da nova lei florestal. O ministério definiu que terras contínuas de um mesmo proprietário, ainda que adquiridas em diferentes momentos e sob diferentes matrículas, representam um único imóvel e terão uma única inscrição no CAR. Os ruralistas esperavam que o produtor tivesse o direito de fazer um cadastro para cada matrícula. Os ambientalistas comemoraram, pois, para eles, o cadastro por matrícula ampliaria em muito a anistia já concedida pela nova lei, sobretudo aos grandes e médios proprietários.

Ceticismo

Apesar de pôr fim a dois anos de espera, a publicação das normas foi recebida com

algum ceticismo. Em audiência pública na Câmara dos Deputados no início de maio, o Observatório do Código Florestal, formado por instituições ambientalistas, apresentou análises de que governos vem priorizando apenas o cadastramento dos produtores rurais em detrimento da validação de informações e do planejamento e viabilização dos PRAs, que deveriam efetivar a restauração das áreas desmatadas ilegalmente.

Na mesma audiência, os representantes dos agricultores corroboraram o diagnóstico de que os estados seguem sem condições para cadastrar e fiscalizar as propriedades rurais. Os produtores alegam que o mercado agropecuário tende a exigir não apenas o cadastramento, mas a regularização de fato, o que poderá trazer problemas para obtenção de crédito no futuro, por exemplo.

todas as propriedades rurais do estado de Rondônia — afirmou.

Cidinho Santos (PR-MT) alertou os produtores rurais para o prazo de um ano definido na norma legal para que as propriedades sejam regularizadas. Segundo o senador, os produtores que têm alguma multa ambiental deverão procurar as secretarias de Meio Ambiente dos estados para se inscrever.

— O Cadastro Ambiental Rural será uma ferramenta de fundamental importância para que seja formada uma imagem real da situação ambiental do Brasil. Além de dar segurança jurídica aos proprietários, saberemos o que tem que ser recuperado ou quem tem que pagar multa — ressaltou.

Cidinho afirmou que a regularização das propriedades

rurais é de suma importância para a economia de Mato Grosso, como também do Brasil. Ele lembrou, em pronunciamento, que o estado faz o monitoramento ambiental via satélite desde 2008.

Jorge Viana (PT-AC) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelo anúncio da regulamentação do CAR. O senador lembrou que a falta de regulamentação era criticada por ambientalistas.

— Eu não tenho dúvida de que o Brasil, a partir de agora, tem um instrumento mais forte, mais adequado para fazer com que o mundo entenda que a decisão do Brasil de mudar a agenda redutiva de desmatamento e destruição para uma agenda de pacificação entre a defesa do meio ambiente e o fortalecimento da produção é pra valer — afirmou Viana.

Inscrição é obrigatória e prazo para proprietários vai até 2015

O Código Florestal estabelece que todos os proprietários ou possuidores de imóveis rurais devem fazer o CAR. Quem não fizer o cadastro estará sujeito a penalidades, como não ter acesso ao crédito rural, e ficará na ilegalidade.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Sicar tem várias travas de segurança e é feito com imagens de satélite em altíssima resolução, o que permite ver quem está recuperando e quem está desmatando. Na hora de preencher o CAR, o produtor tem a opção de aderir ao PRA voluntariamente e regularizar a situação por meio de recuperação, recomposição, regeneração ou compensação com cotas ambientais.

Com a publicação da norma, os proprietários rurais terão prazo até 7 de maio de 2015 para o cadastramento.

O cadastro pode ser feito pela internet (www.car.gov.br) ou em formulário impresso nas prefeituras, sindicatos rurais e de trabalhadores rurais e em outras entidades.

Após o envio dos dados, é emitido um recibo de inscrição no CAR e as informações seguem para análise do órgão ambiental do estado.

Saiba mais

Sistema de Cadastro Ambiental Rural
www.car.gov.br

Comunidade CAR no Facebook
www.facebook.com/CadastroAmbientaRuralCar

Observatório do Código Florestal
www.observatorioflorestal.org.br

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania

Benefícios

A inscrição no CAR, acompanhada de compromisso de regularização ambiental, quando for o caso, é pré-requisito para acesso aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental — PRAs — e nos de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente. Entre os benefícios desses programas, estão:

- Possibilidade de regularização da APP e (ou) reserva legal da vegetação natural suprimida ou alterada até 22 de julho de 2008 no imóvel rural, sem autuação por infração administrativa ou crime ambiental.
- Suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APP, reserva legal e de uso restrito cometidas até 22 de julho de 2008.
- Obtenção de crédito agrícola, em todas as modalidades, com taxas de juros menores.
- Contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado.
- Dedução das áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), gerando créditos tributários.
- Linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas.
- Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos utilizados para os processos de recuperação e manutenção das áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito.